

Em Washington, muita preocupação com nossa crise.

A comunidade financeira internacional continua à espera de que o Brasil resolva sua situação com o FMI. Mesmo o reescalamento da dívida oficial do País com governos credores, através do Clube de Paris, dependeria do acerto definitivo com o Fundo Monetário.

Acontece que, até agora, não houve nenhuma mudança de enfoque da organização internacional com sede em Washington. Os entendimentos com os seus técnicos em torno do novo programa para este ano e do programa preliminar para o ano que vem ainda têm de ser aprovados pelo diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, que, por sua vez, terá de submetê-los a sua diretoria-executiva (board) para a aprovação formal.

Tudo indica que Jacques de Larosière continua aguardando uma definição da sorte da legislação salarial no Congresso brasileiro. Há certa preocupação de funcionários do FMI em torno da tramitação da proposta do Executivo, que reduz a correção salarial. Um deles disse que, na melhor das hipóteses, a proposta só passaria por decurso de prazo no Congresso no final de outubro ou começo de novembro. Isso significa que os atrasos de pagamentos do Brasil se acumularão ainda mais e que o País não terá divisas para cumprir algumas das suas obrigações mais corriqueiras.

Na verdade, essas perspectivas são tão graves e preocupantes, disse uma fonte, que o Executivo brasileiro deve estar pensando em todos os meios de acelerar a tramitação do decreto-lei salarial no Congresso. "Acho que uma coisa muito grave acontecerá nas próximas semanas ou talvez dias", disse uma fonte. O informante desconfia de que alguma trama está por trás da promessa do governo em baixar a inflação para 50% no próximo ano. Isso só seria possível, disse, sob um regime fechado, com total controle de preços. Caso contrário, o Brasil chegará a março do próximo ano sem ter cumprido as novas metas do Fundo.

Se o FMI resolvesse antecipar a liberação de seus recursos, ou se Jacques de Larosière pudesse convencer os bancos privados a desembolsar o dinheiro que prometeram ao País, antes mesmo da aprovação formal do programa pela diretoria executiva do Fundo, o Brasil sentiria algum alívio na sua situação de liquidez. É possível também, depois disso, que os credores do Clube de Paris sigam as recomendações do governo de Washington e dêem boas condições de refinanciamento ao Brasil.

Supõe-se aqui que uma das coisas de que o ministro do Planejamento, Delfim Neto, foi tratar em Paris seria tentar obter do diretor-gerente de FMI alguma concessão nessa área, já que o próprio governo está muito pessimista sobre a situação de sua proposta salarial.

Fora isso, a situação brasileira continua desafiando a imaginação de todos os que se envolveram, direta ou indiretamente, nas negociações. Uma declaração de moratória unilateral continua sendo inadmissível para a maioria dos observadores, porque só potencializaria os problemas que o País vive hoje. O governo parece só estar ciente disso e continua empenhado em descobrir uma saída para suas dificuldades através das negociações com os credores, segundo fontes consultadas por este jornal.